

## A construção de uma pluralidade epistêmica no Campo de Públicas - observações sob o ponto de vista de trajetórias. Do Fórum à ANEPCP<sup>1</sup>

*The construction of an epistemic plurality in the Public Field - observations from the point of view of trajectories. From the Forum to ANEPCP*

**Magda de Lima Lucio<sup>2</sup>**

### RESUMO

O presente ensaio reflete sobre a constituição do Campo de Públicas como um campo epistêmico estruturado por pesquisas aplicadas que intenta contribuir para o desenvolvimento nacional tendo como princípio a democracia e a inclusão social. Enfatiza-se a homologação das diretrizes nacionais de administração pública como um marco para a constituição da aproximação entre a Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas e a Associação Nacional de Profissionais do Campo de Públicas como um marco para a implementação de novas metodologias na administração pública brasileira. Enfatiza, finalmente, a necessidade de uma constituição epistêmica do que seria a constituição acadêmica de um campo de ensino e pesquisa para a gestão pública no país.

**Palavras-Chave:** Campo de Públicas; Construção epistêmica; Paradigmas.

### ABSTRACT

The present essay deals with the establishment of the domain of public management in Brazil as an epistemic field structured by applied research intended to contribute to national development based on democracy and social inclusion, with stress on national directives of public management marking the closeness of the National Federation of Students of Public Management and the National Association of Experts in Public Management. This is intended as an implementation of new methodologies in public administration in Brazil, emphasizing the need for an epistemic formulation of the academic domain of teaching and research in the field of public administration in Brazil.

**Key-words:** Public Field; Epistemic construction; Paradigms.

---

<sup>1</sup> Ensaio Convidado, inaugurando uma nova seção de ensaios desta Revista: *Bússolas*.

<sup>2</sup> Professora da Universidade de Brasília/Departamento de Gestão de Políticas Públicas (DGPP). Presidente da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (2015-2017). E-mail: [magdadelimalucio@gmail.com](mailto:magdadelimalucio@gmail.com).

Este ensaio apresenta uma reflexão sob a perspectiva de trajetórias. Em primeiro lugar reflito sobre a trajetória de um coletivo de docentes. Reunidos, inicialmente, no Fórum de Coordenadores, expandido para Fórum de Professores e Coordenadores, para em um terceiro momento se constituir como Associação de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP). Engloba também minha trajetória pessoal em dois níveis, como membro do Fórum e depois participante da Diretoria da Associação, inicialmente como secretária executiva, e na gestão seguinte como presidenta e em segundo nível e de maneira indissociada reflito aqui como docente, pesquisadora e pensadora acerca da dimensão e das possibilidades que envolvem a criação de um campo acadêmico em nível nacional, sem desconsiderar estudos e reflexões internacionais.

A escrita deste ensaio dentre tantos motivos, se dá em virtude de que há menos de quinze anos o Brasil contava com apenas cinco cursos de Administração Pública em todo o território nacional - UDESC, Fundação João Pinheiro, Unesp Araraquara, FGV São Paulo e EBAPE Rio de Janeiro.

A partir de 2007 foram criados mais de 200 cursos, nas modalidades bacharelado e tecnológico, no contexto do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, Reuni, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do Ministério de Educação, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior,

Importante frisar que paralelo ao Reuni também foi criado o Programa Nacional de Administração Pública, PNAP (2007). Iniciativa da Capes, no âmbito no Sistema Universidade Aberta do Brasil, UAB, em que as Instituições Públicas de Ensino Superior, Ipes, concorriam em editais públicos cujo objetivo era formação e qualificação de pessoal em nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Os editais compreendiam cursos de bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização Gestão em Saúde. Todos os cursos deveriam ser ofertados na modalidade a distância.

Portanto, pode-se inferir que a formação de gestores públicos, em nível de graduação e pós graduação (stricto sensu) se tornou uma questão contemplada por programas e políticas públicas, de iniciativa, em sua maioria, do Poder Executivo Federal. Neste contexto de criação e expansão, ocorreu algo intensamente curioso.

Se antes os cursos estavam vinculados ou eram oriundos dos departamentos de administração, com o Reuni, os cursos tiveram origens múltiplas e arranjos institucionais diversos, como na Universidade de Brasília, em que o curso surge como um consórcio entre Departamento de Administração, Ciência Política e Economia, e em 2014 é transformado em um Departamento no interior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE.

Mesmo antes do Reuni, ainda em 2002, docentes e estudantes já iniciavam os primeiros debates acerca das especificidades da Administração Pública em relação à Administração. Assim, pode-se afirmar que ganha corpo as análises acerca das especificidades do fazer do administrador público, no interior das instituições de ensino superior (PIRES e outros, 2014).

Em 2009 com a apresentação de uma proposta de diretrizes para os cursos de administração pública ao Conselho Nacional de Educação, CNE, docentes e discentes do Campo se mobilizaram com o intuito de inserir no corpo deste documento fundamentos e objetivos condizentes com os debates que vinham sendo realizados no âmbito do Fórum de

Professores e Coordenadores do Campo, bem como nos Encontros Nacionais dos Estudantes de Administração Pública, ENEAP. Em outras palavras, pretendia-se inserir no escopo das Diretrizes as especificidades dos Cursos do Campo, como descrito na Carta de Brasília (2013).

Esse foi um momento muito importante para a constituição identitária do Campo. Claro que ainda muito incipiente, mas não menos importante. Mesmo com toda mobilização junto às instâncias administrativas - MEC, Inep e CNE -, não foi possível nomear o documento de “Diretrizes Curriculares do Campo Públicas”, no entanto, um importante passo rumo a este anseio foi dado. Conseguimos inserir no corpo das Diretrizes Curriculares de Administração Pública, o Artigo 1º e seu Parágrafo único, com o seguinte texto:

“Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Parágrafo único. As diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros.”

Com esta redação pudemos dar mais um passo na formalização deste Campo como um espaço necessário ao desenvolvimento nacional e em particular, na realização dos princípios constitucionais de reconhecimento de direitos individuais e coletivos, na medida em que estes cursos formam profissionais capazes de atuar no campo da gestão das políticas públicas, bem como na administração pública, no sentido ampliado, portanto diretamente vinculado à oferta de bens e serviços individuais e coletivos. Enfim, estamos falando de um conjunto de cursos que se institui e é instituído pelo e no ethos republicano.

Importante ressaltar que a mobilização em torno da aprovação e homologação das DCNs (2009-2013) um movimento importante e transformador ocorreu, qual seja, o fortalecimento da relação entre Federação dos Estudantes de Administração Pública, FENEAP, hoje FENECAP (Federação dos Estudantes do Campo de Públicas) e o Fórum de Professores e Coordenadores, hoje ANEPCP. Essa relação sempre foi importante, mas no âmbito dessa mobilização nos fortalecemos e compartilhamos objetivos, e hoje, expandimos nossa atuação e contamos com a Associação dos Profissionais do Campo de Públicas - Pró-Públicas, criada este ano, 2017.

Portanto, uma tríade de associações - alunos, especialistas e docentes - que intentam construir de maneira solidária e parceira esse Campo.

Após a homologação das Diretrizes, o Campo e suas institucionalidades, estreitou suas relações com o Inep, instituição responsável pela execução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse Sistema é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. E como orientação do Inep a Associação foi fundada, uma vez que institucionalmente o Instituto não se relaciona com redes e fóruns. Diante deste desafio em maio de 2015, nas dependências da UFRN, criamos a Associação.

E assim, seguimos na trilha da institucionalização dos cursos do Campo. Se antes os cursos eram avaliados tendo as Diretrizes de Administração como parâmetro agora seria preciso criar novos procedimentos para avaliação dos cursos regidos pelas Diretrizes Curriculares de Administração Pública.

Novos desafios se colocaram, um deles estava relacionado ao BASis. O cadastro nacional de avaliadores, BASis, é um cadastro em que docentes de todo o Brasil se inscrevem para realizar as avaliações in loco nas instituições de educação superior, portanto, era preciso então criar um corpo de avaliadores para os cursos do Campo e mais, era preciso criar o Documento Orientador das Avaliações in loco.

Diante da necessidade de formar o banco de avaliadores e também criar o documento orientador da avaliação in loco ficou estabelecido a nomeação de uma comissão docente para realização desta importante tarefa. Foram escolhidos 13 docentes de todo o país respeitando a modalidade (presencial ou a distância, bacharelado ou tecnólogo). Os membros desta comissão foram escolhidos democraticamente no âmbito do Campo.

Esta Comissão ao longo de mais de um ano esteve envolvida em intensos debates e reuniões em Brasília que resultou no Documento Orientador das Avaliações In Loco. Importante ressaltar que até este momento o referido documento não foi homologado pelo Ministério da Educação, mas, no entanto, está pronto.

Assim, rumo ao que denomino de uma nova gramática para os cursos do Campo, mais dois passos foram dados, quais sejam, a criação do cadastro de avaliadores e o Documento Orientador.

No entanto, nos deparamos com um novo desafio. O BASis está programado para buscar avaliadores pela área de formação, por exemplo, para avaliar os cursos de Química são selecionados químicos, mas como seria a seleção para os nossos cursos, uma vez que não temos uma linha comum de constituição dos cursos? Ou mesmo de formação de seus docentes? Esta é uma questão que ainda se encontra pendente, pois para mudar este procedimento será preciso novas rotinas de programação e antes disso, será preciso encontrar uma forma de seleção no interior do BASis, ou seja, serão necessários novos procedimentos técnicos e tecnológicos.

Em reunião com a Diretoria de Avaliação, Inep, em 2016, sugerimos que se buscasse pelo curso em que o docente atua. Mas para tal teríamos que mudar as Diretrizes, uma vez que o título das DCNs remetem à Administração. Para superar este desafio teremos que contar com o mapeamento dos cursos do Campo pelas autoridades instituídas (MEC, Inep e CNE). Esta é uma bandeira para o nosso futuro.

## **1. Diante do desafio de se constituir reflexivamente e academicamente como um Campo Multidisciplinar**

Enfatizei aqui alguns dos desafios institucionais e administrativos que enfrentamos até o momento, mas o que dizer da estruturação curricular dos Cursos?

Em relação a esta questão a diretoria atual da ANEPCP está propondo para o próximo dia 06 de dezembro, por ocasião do II ENEPCP, a ser realizado, mais uma vez em Brasília, a realização do I Fórum Nacional de Núcleos Docentes Estruturantes.

Esses Núcleos, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES, são uma instância cuja função essencial é de monitorar, avaliar e reformular o

projeto político pedagógico dos cursos.

Assim pretendemos sistematizar esta discussão a partir de proposições coletivas, representativas, cujo intuito seja aprofundar o debate acadêmico sobre as especificidades dos cursos com o intuito de primeiro conhecer de maneira sistematizada os arranjos pedagógicos que esses têm lançado mão para formalizar seus projetos políticos pedagógicos; e em segundo, verificar se há possibilidade de se pensar em parâmetros gerais para a revisão dos projetos de curso.

Nas Diretrizes já se encontra de maneira bastante abrangente temas e conteúdos a serem abordados pelos cursos, mas pretendemos aprofundar esse debate, a exemplo, dos artigos contidos na coletânea - Campo de Públicas em Ação - coletânea em teoria e gestão de políticas públicas (2017) - organizado pelas colegas Luciana Leite Lima (UFRGS) e Maria Isabel Rodrigues (FJP), onde podemos ler artigos acerca de temas centrais para os cursos do Campo, procurando contemplar novas abordagens teóricas e metodológicas.

Essa obra retrata um esforço coletivo no sentido de apresentar reflexões sistematizadas apresentando mais um movimento rumo à consolidação dos cursos. Importante lembrar esforços anteriores empreendidos por colegas de diversas universidades aos quais, certamente, nos somaremos no I Fórum em Brasília com o sentido de nos conhecermos sob o ponto de vista das opções teórico-metodológicas.

Aqui gostaria de expor um desejo, qual seja, a constituição de espaços possíveis de diálogo nos quais poderemos refletir acerca de epistemes que poderíamos fazer emergir neste conjunto de cursos ao redor de todo país.

Neste sentido, gostaria de compartilhar uma preocupação sob o ponto de vista enunciado por Foucault (2002). Episteme, compreendida, como o conjunto de relações que podem unir, em um dado momento, uma dada época histórica, as práticas discursivas, que redundam em figuras epistemológicas.

Ainda na trilha de Foucault pensar essas formações discursivas, que por sua vez, se constituem e se realizam em procedimentos de formalização, no caso em análise, em projetos políticos pedagógicos que além de guardar especificidades internas à instituição que o hospeda, trará também contribuições para o desenvolvimento local, regional e nacional. Sem deixar de incluir os grandes debates nacionais e internacionais, tais como, a representatividade de gênero e raça nos espaços públicos instituídos e instituintes; o planeta Terra como um sujeito de direitos; a democracia como princípio e tantos outros temas que ainda não tivemos condições de nos colocar frente a frente.

Essas proposições, por sua vez, seriam abordadas sob o ponto de vista teórico e metodológico tendo como premissa a análise de correntes e escolas, no sentido, acadêmico, em que a interdisciplinaridade e multiplicidade de abordagens sejam intensamente utilizadas como forma pedagógica para uma aprendizagem crítica e relevante para os futuros profissionais egressos desses cursos.

Assim, práticas discursivas instituídas em Ciências ou Campos do Conhecimento constituiriam o que denomino de uma racionalidade específica que atravessa essas barreiras e se constitui com espaço fronteiro que dá existência a novos conhecimentos e saberes, sem contudo, deixar de lado o rigor e a responsabilidade, corolário do conhecimento acadêmico.

Episteme, seria, portanto, um conjunto de relações que se estabelecem, se sobrepõem, se complementam, se criticam, mas sobretudo, são analisadas sob o ponto de vista de

regularidades discursivas. Assim, se apresenta como espaço imenso, inesgotável, repleto de oportunidades e desafios que intentam desafiar e reconstituir postulados que estão situados no campo do conhecimento hegemônico de uma determinada época. Inspirada em Foucault penso a episteme como um movimento incrível de sinergias e debates, divergências e críticas, que poderiam nos trazer um espaço reflexivo pujante e capaz de transformar os ambientes internos e externos às universidades.

Nessa medida nos situo, enquanto sujeitos envolvidos nesta jornada, como construtores de uma prática histórica, que se auto-interroga. E ao mesmo tempo é capaz de construir um conhecimento sistematizado porque atua na formação de gestoras e gestores, mas que não perde de vista seu papel histórico de ofertar excelentes profissionais para a gestão municipal, estadual e federal. Sem deixar, contudo, de pensar na formação de pesquisadores que ao longo dos anos consolidarão o trabalho que minha geração encetou como sua jornada.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192)

LIMA, Luciana & RODRIGUES, Maria Isabel. Campo de Públicas em Ação - coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. UFRGS/CEGOV, 2017.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 217 -218.

PIRES e outros. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

IX Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas. Carta de Brasília. Abril, 2013. Disponível em <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>